

RESENHA

A Caminho do 1º Mundo? – O México e o Tratado de Livre Comércio da América do Norte

A economia mundial está passando por um acelerado processo de transformação desde o início dos anos 80. O reaquecimento do comércio internacional, que fez face à depressão da 2ª crise do petróleo em 1978, foi estimulado pelos Estados Unidos através de um conjunto de medidas que ficou conhecido como *Reaganomics*.

Estas medidas, de perfil extremamente conservador, implicavam na ampliação do *déficit* na balança de pagamentos do país, em corte severo nos gastos sociais do governo, na diminuição dos impostos como tentativa de estimular os investimentos internos – o que não ocorreu; implicavam ainda no crescimento dos gastos em tecnologia militar de ponta e na valorização do dólar como forma de garantir a sua hegemonia, dirigindo os capitais externos para o país. O resultado foi um novo surto de crescimento da economia dos países industrializados que perdurou até 1989.

A outra face da moeda foi a repercussão de tais políticas nos países da periferia do sistema, com efeitos catastróficos para a América Latina. (KAUFMAN, 1989)

Região altamente endividada, na medida que os petrodólares eram abundantes e baratos, de súbito teve que encarar o problema, pelas pressões exercidas a partir de governos e bancos credores privados que detinham maior parcela da dívida. O corte nos fluxos de capital externo levou à inadimplência, a partir do “setembro negro” de 1982, quando o México declarou sua moratória, logo seguido pelo Brasil. Desde então, os países da América Latina desenvolvem políticas econômicas de ajuste que só têm agravado as condições de vida da maior parte de suas populações.

Os estímulos à exportação acelerada visando *superávits* comerciais para saldar o serviço da dívida têm provocado concentração

de renda e de riqueza, achatamento sistemático dos salários, crescimento do setor informal, processo inflacionário crônico, determinados pela ciranda financeira que imobiliza os Estados nacionais e amplia os processos de ingovernabilidade.

Toda essa seqüência de pequenas e grandes tragédias fez com que o montante da dívida externa não fosse diminuído, embora a região tenha transferido para o exterior, entre 1982 e 1990, a bagatela de 220 bilhões de dólares que, em sua maioria, dirigiu-se para os Estados Unidos.

O processo de globalização financeira, associado à 3ª Revolução Industrial a partir da informática e da automação, como vetores tecnológicos do novo ciclo, provocou um acirramento da competição internacional entre as grandes corporações, luta feroz a estimular os processos de regionalização plurinacionais como mecanismo de defesa, num período onde os ventos da incerteza sopram intensamente sobre o comércio mundial.

A União Européia de hoje, sob a hegemonia da Alemanha, é resultado de um lento mas eficaz processo de articulação que teve início em 1951, quando, pelo Tratado de Paris, foi criada a Comunidade Européia do Carvão e do Aço.

O quase moribundo GATT - Acordo Geral de Tarifas e Comércio a ser em breve substituído pela Organização Mundial de Comércio, conforme protocolo recentemente assinado no mês de abril em Marrakech por 97 países - por mais que tenha tentado normatizar e regulamentar as políticas e práticas comerciais de um conjunto tão heterogêneo de países, e a Rodada Uruguai é a expressão cabal do que estou falando, teve que ceder à criação destes espaços regionais, em que pese representarem uma transgressão do princípio de não discriminação, tida como a pedra angular do Acordo.

Um exemplo contundente nesse processo, e que expõe a força do regionalismo, fica evidente quando os indicadores econômicos apontam que a Europa Ocidental transacionou 67,5% do total de suas

exportações em 1980, no interior da própria Comunidade Européia. Este número cresceu para 77,25% em 1990.

O confronto entre os três grandes polos que hegemonomizam a economia mundial, por mais que se fale em globalização e fim dos Estados nacionais, tem resultado na criação dos espaços regionais como a CEE, o NAFTA, o MERCOSUL, o PACTO ANDINO, a ASEAN. (QUIJANO, 1991)

O NAFTA (North America Free Trade Agreement), objeto destes comentários, é fruto desse processo mundial e, embora represente uma arquitetura bem mais modesta que a Comunidade Européia, – falo em termos de unidade econômica e não em tamanho e importância de mercado – tem suas razões estratégicas.

De fato, a grande novidade do NAFTA é a incorporação do México, pois a integração do Canadá com os EUA está consolidada há muito e foi ratificada em 1988, com o Acordo de Livre-Comércio Canadá-EUA, resultante de um crescente intercâmbio desde 1945. (PEREIRA & PRESSER, 1993)

O estreito relacionamento entre esses dois países fica evidenciado pelo fato de que, em 1987, 71% dos investimentos diretos no Canadá eram americanos. As exportações para os EUA eram superiores a 70% das exportações totais canadenses e as importações provenientes dos EUA representavam dois terços das importações totais do Canadá. As barreiras tarifárias entre os dois vizinhos, antes mesmo do acordo de 1988, eram muito baixas, sendo que 80% das exportações canadenses, que tinham como destino os EUA, eram *duty free*, e apenas 5% dessas exportações eram taxadas em mais de 5%.

A disparidade entre os integrantes desse rico mercado é uma característica do NAFTA. Os Estados Unidos têm um Produto Interno Bruto de 6 trilhões de dólares, o Canadá de 600 bilhões e o México de 300 bilhões de dólares.

Após o *default* mexicano em 1982, o país vem passando por transformações substantivas. Em 1983 foi anunciado, com o governo

de Miguel de la Madrid, um Plano Nacional de Desenvolvimento (1984/88) que objetivava integrar o México às novas correntes do comércio internacional. Desde então, de país fortemente protecionista, vem se consolidando como uma economia aberta, reduzindo suas tarifas e terminando com as restrições quantitativas às exportações, sob fortes pressões do governo norte-americano. (EVANS & GEREFFI, 1987).

De fato, o México capitulou diante dos EUA. Em 1989 estabeleceu nova regulamentação para os investimentos estrangeiros, inclusive suprimindo para diversos setores a obrigatoriedade de certas compras nacionais. As indústrias locais de equipamentos para computadores e *software*, estratégicas no quadrante da 3ª Revolução Industrial, serão praticamente devoradas pela concorrência americana. (COHEN, 1987)

Na indústria de autopeças os americanos exigiram maior liberdade de importação e o fim das regras restritivas ao investimento direto no setor.

A petroquímica, ainda é de propriedade estatal – de acordo com a constituição, vários sub-setores foram liberados para investimentos estrangeiros, diga-se norte-americana – mas é grande a pressão tanto do Canadá quanto dos EUA para que o México estabeleça restrições à entrada de capitais europeus e japoneses, que venham a se utilizar da região comum de fronteira na forma de um trampolim de exportação para o mercado norte-americano.

No setor de serviços, os americanos exigem a liberação dos investimentos em bancos, mercados financeiros e transportes terrestres.

A lei de propriedade industrial foi aprovada em 1991, segundo exigências dos EUA, que inclusive a estão sugerindo aos demais países latino-americanos como modelar.

Com essas medidas, o México tem renunciado a qualquer determinação autônoma sobre política econômica. A dependência do país nas suas relações externas com os EUA é crescente, haja visto

que em 1990, 69% das exportações mexicanas tinham como destino os EUA e 70% de suas importações eram provenientes desse país. (VEGA, 1992)

Só para ressaltar o grau de diferenciação, nesse aspecto, com o Brasil, temos um comércio muito mais diversificado, sendo em média 30% com a CEE; 22% com a América Latina; 20% com os EUA e 16% com a Ásia. O Brasil tem praticado o multilateralismo; é um *global trader*.

Esta abertura comercial do México tem provocado o crescimento do *déficit* na balança de pagamentos, que vem num crescendo desde 1989. Em 1991 chegou a superar a casa dos 10 bilhões de dólares e estima-se para 1995 um *déficit* superior a 20 bilhões de dólares. Só a forte entrada de capitais no país tem contornado momentaneamente essa situação. Os investimentos diretos e em carteira passaram de 3,8 bilhões de dólares em 1990 para 11 bilhões em 1991. O mais grave é que, em sua maior parte, são recursos especulativos de curto prazo, podendo a qualquer momento, se deslocar para aplicações em mercados mais rentáveis. (SKLAIR, 1992).

O mais dramático no caso mexicano é que mesmo com investimentos norte-americanos tão significativos, não tem havido no país um incremento correspondente a nível de emprego, de aumentos salariais ou de maior qualificação e incorporação tecnológica. A região de fronteira com os Estados Unidos, onde estão instaladas mais de 2.000 maquiadoras, em sua maior parte capital intensivo – basta lembrar a super moderna fábrica da FORD em Hermosillo – pouco estão integradas com o restante da economia mexicana, importam quase a totalidade de suas peças e equipamentos do país vizinho, exercendo pouca sinergia para o conjunto das indústrias do país.

Para os EUA e suas grandes corporações não poderia ser melhor, pois os *green fields* são uma barreira contra a imigração, pagam baixos salários em relação ao padrão norte-americano, enfrentam sindicatos despreparados, evitam o controle ambiental mais rigoroso no país de origem, recebem condições favoráveis de instalação e,

dentro em breve, estarão ocupando o espaço dos setores industriais mexicanos.

A manutenção do desequilíbrio nas contas mexicanas tem tornado o país extremamente vulnerável às imposições e exigências de seu maior parceiro comercial. (TAVARES, 1993)

Os últimos acontecimentos no país demonstram que o México vive graves enfrentamentos políticos, que o PRI – Partido Revolucionário Institucional – à frente do governo desde 1930, não tem conseguido abafar.

O México tem uma tradição autoritária, e iniciou em 1910 uma Revolução Popular que durou vinte anos, para terminar com o regime de Porfírio Diaz que se “elegera naquele ano presidente pelo sexto mandato consecutivo”. A violência política tem sido uma constante e, recentemente, na gestão Salinas de Gortari, foram assassinados cem ativistas da oposição. O cardeal Posadas foi assassinado em maio de 1993. Em janeiro de 1994 ocorre a Rebelião de Chiapas, ao sul do país, uma guerra de guerrilhas numa região pobre e de alta concentração de rendas.

Ainda em março desse ano foi seqüestrado o proprietário do maior banco privado do país e, para culminar o assassinato de Luis Donaldo Colosio, candidato do PRI à sucessão presidencial.

Ao que tudo indica, o crime foi decidido pelos “bruxos” do partido, no interior da própria “família revolucionária”, temerosa da queda de popularidade de seu candidato nas pesquisas. A tragédia teria o efeito perverso do “voto de comiseração”, atraindo para o PRI os eleitores indignados.

A concretização do NAFTA, que para a elite dominante do país representa a porta do México para o 1º Mundo, não poderia ser fechada por uma derrota eleitoral.

Até que ponto as políticas de globalização em países da periferia – pelos efeitos de aceleração das desigualdades que acarretam – são compatíveis com reformas nas instituições políticas e com a democracia?

SUGESTÕES DE LEITURAS TEMÁTICAS

- BAZDRESCH, C. & LEVY, S., "Populism and Economic Policy in Mexico, 1970-1982", in Dornbush, R. & Edwards, S. *The Macroeconomics of Populism in Latin America*. Chicago, The University of Chicago Press, 1991.
- CANUTO, Otaviano, "Ajustamento Estrutural e a Orientação Exportadora: Lições da Coréia do Sul e do México", *Texto para Discussão*, UNICAMP/IE, nº 12, 1993.
- CASTANEDA, J. & HEREDIA, C., "O México e o NAFTA", *Política Externa*, v. 2, nº 1, jun/jul/ago, pp. 70:90, São Paulo, Paz e Terra, 1993.
- CLINE, William, *Informática e Desenvolvimento. Política Comercial e Industrial na Argentina, Brasil e México*, Rio de Janeiro, Nórdica, 1988.
- COHEN, Manuel Perlo, "Exploring the Spatial Effects of Internationalization of Mexico Economic", in Castells & Henderson, *Global Restructuring and Territorial Development*, London, Sage, 1987
- EVANS, Peter & GEREFFI, Gary "Transnational Corporations, Dependent Development and State Policy in the Semiperiphery: A comparison of Brazil and México", in James L. Dietz & James H. Street, *Latin America's economic development. Institutional and Structuralist Perspectives*, pp. 159:190. Lynne Rienner Publisher, Colorado, 1987.
- GALINDO, Magdalena, "Causas e Limites da Direitização no México". in Augustin Cueva, *Tempos Conservadores*, pp. 131:168, Hucitec São Paulo, 1989.
- GREEN, Rosário, "O México e a Integração Econômica", *Política Externa*, v. 2, nº 1, jun/jul/ag, pp. 60:69, Paz e Terra, São Paulo, 1993.
- KAUFMAN, Robert, "Economic Orthodoxy and Political Change in México, The stabilization and adjustment policies of the de la Madrid Administration ", in. Barbara Staling & Robert Kaufman (ed), *Debt and Democracy in Latin America*, pp. 109:125, West View Press, São Francisco 1989.

- KRUGMAN, Paul, "The Uncomfortable Truth About NAFTA", *Foreign Affairs*, v. 72, n° 5, nov/dec, pp 13:19. New York, 1993.
- ORME Jr, William, "NAFTA: Myths versus facts", *Foreign Affairs*, v. 72, n° 5, nov/dec. pp.2:12. New York, 1993
- PEREIRA, Lia Valls & PRESSER, Mário, "A Iniciativa para as Américas, o NAFTA e o MERCOSUL", in *MERCOSUL, Integração na América Latina e as Relações com a Comunidade Européia* (Vários autores), Projeto IRES/DESEP, Ed. Cajá, São Paulo, 1993.
- QUIJANO, José Manuel, "El escenario latinoamericano de la integración". *Nueva Sociedad*, n° 115, sept/oct., pp. 22:3. Caracas, 1991.
- RICUPERO, Rubens & AMARAL, Sérgio, "O NAFTA e o BRASIL". *Política Externa*, v. 2, n° 1. jun/jul/ago, pp.91:101. Paz e Terra, São Paulo, 1993.
- SALAS-PORRAS, Alejandra, "Globalización y Proceso Corporativo de los Grandes Grupos Económicos en Mexico", *Revista Mexicana de Sociología*, n° 2, pp. 133:162. D. C. Universidad Nacional Autónoma de Mexico, México, 1992.
- SKALIR, Leslie. "Las Maquillas en Mexico: una Perspectiva Global", *Revista Mexicana de Sociología*, ano LIV, n° 2, abr/jun. D.C. Universidad Nacional Autónoma de Mexico, México, 1992.
- TAVARES, Maria da Conceição, "As políticas de ajuste no Brasil: os limites da resistência", in M. C. Tavares & J. L. Fiori, *(Des)ajuste Global e Modernização Conservadora*, pp. 75:126. Paz e Terra, São Paulo, 1993.
- VEGA, Gustavo, "México e o Acordo norte-americano". *Política Externa*, v. 1, n° 2, set/out/nov, pp. 138:173. Paz e Terra, São Paulo, 1992.

Marcos Costa Lima

Professor do Deptº de Ciências Sociais da Univ. Fed. de Pernambuco (UFPe). Doutorando em Ciências Sociais na UNICAMP. Área de interesse: Tecnologia e Meio Ambiente.